

OPÇÕES DE USO DE TERRA E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.

Luiz Antelmo Silva Melo

Centro de Pesquisas Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA/EMBRAPA)

Manaus - AM - Brasil

Vicente H. F. Moraes

Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA/EMBRAPA)

Manaus - AM - Brasil

Edson Barcelos

Centro de Pesquisas Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA/EMBRAPA)

Manaus - AM - Brasil

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, atendendo o sugerido pelos organizadores do SIMDAMAZÔNIA, atem-se basicamente ao levantamento dos problemas que levaram a Amazônia ao atual estado de coisas que sugere alternativas para que o mesmo seja transformado.

Os autores entenderam que há um consenso quanto aos erros cometidos, assim como que aspectos técnicos devam ser perseguidos para evitá-los ou minorá-los. Assim sendo, e, por vir a baila durante o SEMINÁRIO, um diagnóstico quanto as condições ambientais da Amazônia, deixa de ser feito. Partiu-se do fato consumado: a pressão aos recursos naturais renováveis da Amazônia

A consciência de que não se pode tomar decisões seguras no presente sem afetar o futuro e, as conseqüências já sentidas de decisões erradas nas mais diversas esferas, resultando numa crescente destruição dos recursos naturais da Amazônia brasileira, está hoje cristalizada nas sociedades amazônica brasileira e mundial.

Ressalte-se que desmatamento na Amazônia brasileira não é causa, mas sim efeito.

Ao longo de cinco séculos os amazônidas, indígenas e caboclos resistiram aos diferentes e violentos movimentos de conquista sobre suas terras, empreendidos pela sociedade "civilizada". A economia extrativista, base do modo de produção dessas populações, encontrava-se perfeitamente articuladas aos ecossistemas amazônicos. Através dos produtos extrativos, esses povos integravam-se à economia regional e aos circuitos da economia nacional e internacional.

No entanto, com evidente declínio do extrativismo, uma nova política de ocupação da Amazônia foi delineada. Esta tinha como premissas básicas: ocupar o espaço vazio, ampliar a fronteira agrícola nacional e, principalmente, resolver o problema dos sem terra, amontoado de favelas, nas médias e grandes cidades do Nordeste e Sudeste, expulsos que foram do campo pela crescente e excessiva concentração fundiária naquelas áreas.

No contexto dessa política, a heterogeneidade dos ecossistemas regionais, ainda desconhecidos pelo homem em sua quase totalidade,

foi subordinada à meta política de recriar na Amazônia uma agropecuária empresarial, cujos resultados apontavam uma homogeneização do tratamento desses ecossistemas. Negligenciava-se a tradição popular de polivalência na atividade agro-extrativa.

Ora, há consenso de que práticas culturais desenvolvidas para as zonas temperadas do mundo não são aplicáveis em áreas recentemente desmatadas dos trópicos úmidos. Conforme mostram as evidências, o exuberante crescimento e desenvolvimento dos ecossistemas naturais não se traduzem em produtividade semelhante ao uso agrícola baseado em tecnologia importada. Isto se aplica pela fragilidade do ecossistema onde os solos, na grande maioria, são quimicamente pobres e facilmente degradáveis pela altas taxas de erosão e lixiviação a que são submetidos após a remoção da cobertura vegetal. Portanto, as florestas tropicais heterogêneas exercem um papel protetor, em complexos mecanismos que proporcionam uma reciclagem rápida e eficiente dos nutrientes, evitando sua lixiviação em regiões de alta pluviosidade.

Logo, ao interferir nessa realidade, o modelo econômico então implantado deixou suas marcas. Estas revelam-se, entre outras, em 33 milhões de hectares desmatados, grande parte dos quais degradáveis ou em degradação, na poluição dos rios, na destruição de recursos naturais e no agravamento da pobreza de significativa parte das populações rurais urbanas da região.

De fato, na década de 80 a magnitude dos problemas sociais brasileiros cresceu. Segundo a FAO, conta-se hoje com uma população onde 37% recebem salários capazes de atenderem apenas as necessidades de sobrevivência, e 17% vivem em condições de pobreza absoluta. Este quadro dificulta a viabilidade de iniciativa visando a proteção e preservação ambiental, já que a população pobre valoriza muito a renda atual e considera correto usar os recursos de forma imediata, como única alternativa para minorar sua situação econômica. Conseqüentemente, a implementação efetiva de políticas destinadas a elevação das condições de vida, principalmente das populações mais pobres, é fator decisivo na execução de um programa de desenvolvimento regional com crescimento sustentável.

Assim, ante uma conjuntura caracterizada pela escassez de capital forâneo, predominância de taxas de juros reais elevadas, aumento de pobreza, deteriorização da qualidade de vida e de crescente preocupação com a sustentabilidade, a questão enfocada é a definição de alternativas para o uso das terras amazônicas de sorte que se promovam o desenvolvimento regional sustentado. Tudo, é claro, sintonizado com as particularidades locais.

SISTEMA EM USO NA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS NA AMAZÔNIA

Ao longo dos anos, diversas formas de exploração dos recursos naturais renováveis da Amazônia, tem sido utilizados. Dentre elas é possível destacar: extrativismo - a mais antiga -, pesca, exploração florestal, agricultura itinerante - em terra firme -, pecuária em pastagens cultivadas - terra firme -, pecuária em campos naturais - várzea e terra firme - cultivos perenes e sistemas agroflorestais em escala diminuta, a partir da iniciativa de pequenos e médios produtores

Todas essas formas de exploração apresentam como peculiaridades a falta de sustentabilidade, a exportação de nutrientes do solo e são, em síntese, o resultado da constante interferência do homem no meio ambiente amazônico. Aquelas onde os impactos ambientais são menores, como é o caso do extrativismo tradicional, vêm sentindo os efeitos da abertura da fronteira agrícola - duas últimas décadas - e da pressão demográfica. Ao contrário do extrativismo tradicional, o extrativismo madeireiro tem-se expandido consideravelmente nos últimos anos

CONCLUSÃO

Inegavelmente, os sistemas de exploração apontados contribuíram, cada um a sua maneira, para garantir a sobrevivência do homem na região. Ressalta-se porém que apesar dessa afirmativa, não houve melhoria nas condições de vida das populações e, também, não deixaram de ocorrer agressões ao meio ambiente. Todavia, a questão não é esta, mas sim, descobrir e adotar técnicas de exploração, inclusive as de natureza não agrícolas, que levem em consideração a preservação das características dos diversos ecossistemas e a melhoria sócio-econômica do habitante local;

PROPOSTA/PROGRAMA DE REORDENAMENTO DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Todos concordam que o atual quadro de ocupação desordenada da Amazônia não pode permanecer. Necessário se faz reordenar a ocupação. Os autores, para tanto, apresentam uma proposta/recomendação de programa que por si não esgota a questão. Trata-se evidentemente de uma contribuição à reflexão e possíveis tomadas de decisão, tendo como norteadores os seguintes pontos fundamentais:

- I - Realisticamente, o modelo atual somente pode ser modificado gradativamente. Isso implica na necessidade de convivência por mais tempo, com atividades impactantes, tais como:
 - extrativismo madeireiro;
 - pesca predatória;
 - agricultura itinerante;
 - mineração e pecuária extensiva.
- II - Para a redução gradativa dessas atividades, é necessário sustar os fluxos migratórios para a Amazônia, até que, tendo como alvo as populações existentes, cheguem a ser definidas formas de ocupação em harmonia com os ecossistemas da região. O propósito é resolver os problemas da Amazônia, liberando-a da função de falsa válvula de escape para os problemas sócio-econômicos do país.
- III - A recuperação das áreas degradadas impõe-se como importante foco de atenção no sentido de reduzir o ritmo de deflorestamento.
- IV - Como extremos opostos ao das áreas degradadas, a conservação da biodiversidade, bem como o turismo ecológico, são considerados de alta relevância.
- V - O estoque atual de conhecimentos científicos e tecnológicos não é ainda suficiente para o delineamento das melhores soluções dos problemas contemplados no programa, servindo no entanto como base para deslanchá-lo.
- VI - A ocupação ordenada da Amazônia demanda tempo, planejamento, recursos financeiros e sobretudo decisão política e vontade de fazer.

O entendimento dos itens anteriores levou os autores a proposta/programa que essencialmente é dirigida a apontar soluções para os problemas levantados, consolidada no quadro a seguir:

PROGRAMA DE REORDENACAO DA OCUPACAO DA AMAZONIA, ESTIMATIVA
DE RECURSOS NECESSARIOS A EXECUCAO NUM PERIODO DE 58 ANOS

ATIVIDADES	AREAS HA	PERCENTUAL (%)	CUSTO EM U\$ - MILHAO
Regeneracao natural	7.425.000	22,5	-
Regeneracao natural com enriquecimento	7.425.000	22,5	1.900
Sistemas agroflorestais (varzeas e terra firme)	1.485.000	4,5	1.500
Sistemas agrossilvo- pastoris (varzea e terra firme)	14.850.000	45,0	7.500
Cultivos perenes (infraestrutura/ agroindustria)	1.815.000	5,5	3.600
Incentivo a melhoria da capacidade de suporte dos campos naturais (2 milhoes de ha)	-	-	1.000
Incentivo ao turismo ecologico	-	-	500
Incentivo a piscicultura	-	-	250
Zoneamento agroecologico, economico e social	-	-	500
Ensino pesquisa e assis- tencia tecnica	-	-	5.000
Incentivo ao manejo sus- tentado de florestas	-	-	1.000
Monitoramento do programa	-	-	500
Incentivo a conservacao da biodiversidade (Unidades de conservacao)	-	-	1.500
Producao de sementes e mudas	-	-	250
TOTAL	33.000.000	100	25.000

O estabelecimento do prazo de 58 anos representa, do ponto de vista dos autores o limite mínimo para um planejamento viável que busque

conter o atual nível de agressão aos recursos naturais renováveis da região.

Atualmente a demanda dos mercados nacional e internacional, por produtos do trópico

úmido, exceção feita à madeira e proteína de origem animal, é limitada em termos de necessidade de área para produção, levando conseqüentemente a uma ocupação das áreas degradadas não superior a 10%. Os 90% restantes deverão também merecer toda a atenção de uma política governamental séria. Os autores sugerem que metade das áreas (90%) supramencionadas (45%) devem ser destinadas à regeneração natural, com enriquecimento ou não, mas sempre incentivada. O restante (45%) deverão ser destinados a programas agrossilvopastoris, uma vez que reúnem em maior proporção as características essenciais de produtividade, sustentabilidade e adotabilidade.. Neste ponto os autores chamam a atenção para a necessidade de transformar os tidos como grandes predadores de recursos naturais, os pecuaristas e os agricultores itinerantes, em potenciais aliados para a tarefa da ocupação ordenada da Amazônia em suas áreas degradadas, particularmente como parceiros da pesquisa oficial na busca de melhores soluções.

A exploração madeireira, que com a suspensão dos incentivos fiscais, está deixando de ser um subproduto do desmatamento para a pecuária e se caracterizando como atividade essencialmente extrativista para ser contida no seu atual estágio, deverá ser incentivada para a adoção de práticas de manejo de exploração sustentada.

A alocação de recursos para unidades de conservação (biológicas, extrativistas, indígenas) é necessária à garantia de consecução de seus objetivos. O turismo ecológico é também contemplado, considerando-se sua alta sustentabilidade ecológica e sócio-econômica.

A mineração, em que pese basicamente a predação de recursos não renováveis, representa também uma forma de impacto a recursos renováveis. A recuperação pelo reflorestamento do solo perturbado pela mineração implica na reconstituição do solo orgânico às custas de áreas contíguas. O aproveitamento em piscicultura representa nesse caso uma alternativa viável para maior parte dessas áreas.

Por outro lado, a piscicultura, de um modo geral, tem um amplo potencial a ser desenvolvido na Amazônia, e além de alternativa para a pesca predatória, pela oferta de proteína animal, concorrerá para redução da fronteira pecuária.

A melhoria da capacidade de suporte dos campos naturais representa também uma atividade capaz de conter nos próprios domínios daquelas áreas, as aspirações da fronteira pecuária sobre áreas florestais.

Os recursos financeiros para o ensino, pesquisa e assistência técnica tem sido muito inferiores às necessidades dos programas em curso na região. para atendimento ao programa proposto devem obviamente ser estabelecidas inversões proporcionais à sua magnitude.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- Criação de incentivos fiscais e créditos subsidiados, acessíveis a pequenos, médios e grandes produtores para as atividades contempladas no programa;
- Revisão do Imposto Territorial Rural (ITR), isentando as áreas não desmatadas e as degradadas em recuperação e reduzindo a incidência sobre áreas desmatadas, em fase de regeneração natural;
- Implementação das Unidades de Conservação (biológicas, extrativistas, indígenas) para o pleno atingimento de suas finalidades;
- Repensar a SUDAM e adequá-la ao porte necessário à coordenação do programa a nível regional, em articulação com os governos estaduais e municipais e demais entidades oficiais ou não, envolvidos com o programa;
- Redirecionamento da política de colonização para Amazônia - oficial ou não tornando-a coerente com os objetivos gerais do programa proposto e particularmente direcionando projetos de produção de grãos apenas para solos férteis de várzea ou terra firme, sempre em consórcio com cultivos perenes e produção de matérias-primas agroindustriais para terras de menor fertilidade;
- Desenvolvimento de um agressivo programa regional de produção de sementes e mudas; e,
- Integração das Organizações não Governamentais (ONG) ao programa, valorizando sua sensibilidade e capacidade de ação a nível de comunidades.